

Reajuste para ministros do STF aguarda votação no Senado

Aprovação de novas tabelas salariais, na quarta-feira, vai beneficiar apenas funcionários do Judiciário Federal e do Ministério Público; por enquanto, mudanças não valem para a Justiça do Estado

A aprovação, pelo Senado Federal, de novas tabelas para os quadros da Justiça e do Ministério Público da União não vai atingir os servidores dos Tribunais estaduais. Os projetos que tratam do assunto foram votados na quarta-feira (29/6), e significam um reajuste de até 41,47%, que será pago de forma parcelada. Falta, agora, a sanção do presidente da República.

Outro projeto. O que pode gerar efeitos indiretos sobre as remunerações – incluídas as de assessores jurídicos que alcançaram o limitador constitucional – é outra proposta, contida no Projeto de Lei (PL) 2646/15, aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 1º de junho. Nesse caso, porém, a matéria ainda depende de análise pelo Senado.

Reajustes. O PL 2646/15 (com redação alterada por substitutivo do deputado Fábio Ramalho, do PMDB-CE) aumenta os subsídios dos ministros do STF, que passarão de R\$ 33.763,00 para R\$ 36.703,88, em junho deste ano, e para R\$ 39.293,32, a partir de janeiro de 2017. Isso resultará na elevação geral das remunerações da magistratura federal. Como, no âmbito dos Estados, os salários dos juízes acompanham os mesmos reajustes válidos para o Supremo, o aumento resultará na elevação do teto salarial do funcionalismo. Não existe, até agora, previsão de data para que a mudança seja analisada em plenário pelos senadores.

Os subsídios dos ministros (com as alterações previstas no substitutivo do PL 2646/15)

- Pela legislação em vigor: **R\$ 33.763,00**
- A partir de 1º/6/16 (pela legislação nova): **R\$ 36.703,88**
- A partir de 1º/1/17 (pela legislação nova): **R\$ 39.293,32**

Planejamento cumpre mais uma etapa

Na manhã de quinta-feira (30/6), membros da Diretoria e dos departamentos da Assejur voltaram a se reunir para a elaboração do planejamento estratégico da entidade. O objetivo é traçar prioridades para os próximos três anos. Assuntos como fortalecimento da carreira, comunicação, estrutura patrimonial, previsão orçamentária e convênios, entre outros, serão sistematizados num relatório final, a ser apresentado às instâncias deliberativas da associação.

VACINA. A Diretoria da Assejur está colocando à disposição de cada associado duas doses de vacina contra gripe: uma para o titular e uma para dependente. A Assejur vai arcar com 50% desse custo (o preço fixado pelo laboratório fornecedor é de R\$ 100,00 a dose). Os interessados deverão se manifestar, impreterivelmente, até o dia 4/7 (segunda-feira), mediante comunicação ao email contato@assejurpr.com.br.